

CIRM participa do tratado histórico para conservação da biodiversidade marinha, na ONU.

No dia 4 de março de 2023, em Nova York, após duas semanas de negociações, aproximadamente 100 países chegaram a um acordo sobre o texto do tratado internacional das Nações Unidas para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ, na sigla em inglês para *Biodiversity Beyond National Jurisdiction*). Os especialistas celebraram os avanços após dez anos de debates, considerando o consenso sobre o conteúdo do documento um verdadeiro marco histórico.

“O tratado diz respeito àquelas áreas distantes da costa, que são de todo mundo”, explica Alexander Turra, professor do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP). De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, as áreas de alto mar não estão sujeitas à soberania de nenhum Estado, que devem cooperar para conservação e gestão da biodiversidade. Elas representam cerca de dois terços da superfície total dos oceanos e abrigam espécies de atuns, tubarões, baleias e tartarugas marinhas, entre outros. Segundo Turra, o tratado preenche uma lacuna importantíssima, avançando em direção a uma regulação até hoje inexistente para essas zonas.

Como aspectos positivos da negociação do acordo, “foi considerado que os mecanismos de proteção da biodiversidade deverão respeitar as prerrogativas do Estado costeiro, sendo convergente aos interesses do Brasil, particularmente



Comitiva brasileira na ONU por ocasião das negociações sobre conservação da biodiversidade em alto-mar.

no que se aplica à conservação da biodiversidade nas águas sobrejacentes à Elevação do Rio Grande”, explica a Comandante Ana Lúcia Costalunga, representante da SECIRM na comitiva.

Entre os avanços do tratado, Ana Flávia Barros-Platiau, professora de Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB), destaca a importância do que foi aprovado: “É um grande sucesso. Agora temos um marco jurídico obrigatório, um referencial. A questão climática, por exemplo, foi mencionada sete vezes no tratado, que reconhece a importância do oceano para o combate às mudanças globais do clima. Isso é muito ino-

vador. Nos anexos, que tratam dos critérios de impacto ambiental e do treinamento e formação para implementação do tratado, o clima também é citado. O BBNJ é muito inovador do ponto de vista dos temas que incluiu.”

Para a professora da Faculdade de Direito da UnB, Carina Costa de Oliveira, que também integrou a delegação, “o Brasil exerceu papel de destaque desde as fases iniciais das negociações, protagonizando debates em temas como o acesso e a repartição de benefícios da exploração dos recursos genéticos marinhos e atuando incansavelmente na construção do consenso entre os países”.

SECIRM e ITAIPU firmam Acordo para energia renovável na Ilha da Trindade

Em 5 de janeiro de 2023, foi firmado um Convênio entre a SECIRM, a Itaipu Binacional e a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu, denominado “Segurança e eficiência energética utilizando energias renováveis em ilhas oceânicas brasileiras”, a partir do qual serão instaladas placas fotovoltaicas para o fornecimento de energia elétrica à ilha da Trindade,



em substituição aos grupos diesel geradores atualmente empregados, que permanecerão na ilha para uso em caso de emergência. Ressalta-se que a ilha está sob a responsabilidade da Marinha, e cabe ao Comando do 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro, por meio de uma administração impecável, o abastecimento e a manutenção das estações oceanográfica e científica, tão importantes para a pesquisa e a soberania do País.

A implementação do presente Convênio promoverá uma redução do consumo de óleo combustível na Ilha da Trindade na ordem de 90% e eliminará os riscos ambientais presentes no processo de abastecimento, que é realizado por meio de tambores, cabendo ainda ressaltar a previsão de substituição de diversos equipamentos por outros de maior eficiência energética, como chuveiros elétricos, planta frigorífica e guincho.

O cronograma físico-financeiro e respectivo plano de trabalho, já aprovados, preveem investimento de cerca de R\$ 12 milhões e um prazo para conclusão de 30 meses, qual seja, junho de 2025. Muito em breve, então, a porção do território nacional onde o Sol nasce primeiro contará com energia limpa e renovável, valendo-se da sua posição insular tropical, ao mesmo tempo que deixará de consumir combustíveis fósseis e expelir suas indesejáveis emissões. Assim, pode-se considerar que Itaipu Binacional iluminará o País de Leste a Oeste.